



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 12/04/2010

LEI Nº 1406, de 05 de dezembro de 2008.

Define as obrigações de pequeno valor a que se refere o § 3º do Art. 100 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte, LEI

Art. 1º Esta Lei define as obrigações de pequeno valor, a que se refere o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

~~**Art. 2º** Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor, a que ilude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, aquelas cujos valores de execução não excedam a importância correspondente a 1 (uma) UFM – Unidade Fiscal Municipal.~~

Art. 2º Ficam definidas como sendo obrigações de pequeno valor, a que ilude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, aquelas cujos valores de execução não excedam ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 1575/2010)

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça em parte, na forma estabelecida nesta lei e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei;

§ 3º Em caso de litisconsórcio será admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º O Juiz da execução indicará os seguintes dados nas requisições de pequeno valor - RPV;

I - natureza do crédito (comum ou alimentar);

II - número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

III - nome das partes e de seus procuradores;

IV - nomes e números de CPF ou CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratarem de advogados e partes;

V - valor total da requisição e individualização por beneficiário;

VI - data base considerada para atualização monetária dos valores;

VII - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão do processo de conhecimento;

VIII - data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão nos embargos à execução ou certidão de que não foram opostos embargos ou qualquer impugnação ao cálculo;

IX - em se tratando de precatório complementar, data da expedição e valor dos alvarás anteriores.

Parágrafo único. Ausente qualquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para quaisquer efeitos, cabendo ao Município restituí-la à origem.

Art. 4º As RPV serão recebidas, instruídas com certidão, expedida pelo Cartório ou secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação e ordenadas cronologicamente em pastas, por devedor, pelo Departamento de Finanças e, caso atendam ao que exige o artigo anterior, as relações de RPV serão mensalmente encaminhadas para pagamento aos devedores, via depósito em conta corrente judicial, fixando-se o prazo de 60 (sessenta) dias para seu cumprimento.

Art. 5º Efetuado o pagamento, por depósito na conta judicial, incumbirá ao devedor comunicar o pagamento ao Juízo solicitante, relacionando as requisições correspondentes e acostar cópia do comprovante de pagamento respectivo, incumbindo ao Juízo requisitante a liberação ao credor.

Art. 6º Decorrido o prazo assinado sem que haja pagamento, será enviado ofício ao Juízo requisitante, comunicando-lhe o não pagamento e seu motivo.

Art. 7º No procedimento para a liberação dos valores por expedição de alvará deverá pelo Juízo ser observada a hipótese de retenção do Imposto de Renda.

Art. 8º A atualização monetária do valor do precatório e da requisição de pequeno valor, a cargo do Diretor do Departamento de Finanças será efetuada tão somente por ocasião do pagamento, tendo como base de cálculo o IPCA.

Parágrafo único. Caso este índice seja extinto será adotado o índice que o Governo Federal instituir para a substituição do mesmo.

Art. 10 Estando os recursos disponíveis para as requisições de pequeno valor, o Prefeito autorizará o pagamento mediante depósito judicial em favor dos requerentes ou seus sucessores, retendo quando for o caso, o imposto de renda de que trata o art. 158 da Constituição Federal.

Art. 11 Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 05 de dezembro de 2008.

Claudiomiro Quadri
Prefeito Municipal

